

³¹⁴ ~~Dívida~~ ^{Pública} dos estados aumenta 3,4% e atinge R\$ 49,9 bilhões

■ Alta foi causada pela emissão de papéis por Santa Catarina para pagar débitos judiciais

BRASÍLIA — A emissão de títulos para o pagamento de dívidas judiciais (precatórios) pelo governo de Santa Catarina elevou em 3,4% o saldo das dívidas mobiliárias (em títulos) dos estados e municípios no mês de outubro. Com os R\$ 608 milhões emitidos por Santa Catarina, o estoque da dívida mobiliária passou de R\$ 48,2 bilhões, em setembro; para R\$ 49,9 bilhões, em outubro.

A emissão catarinense vem sendo alvo de grande polêmica no Senado, pois há dúvidas sobre o destino do dinheiro captado pelo governo de Paulo Afonso Vieira com a operação.

Segundo o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, a fiscalização do uso dos recursos obtidos com a emissão de títulos é de responsabilidade do tribunal de contas de cada estado ou município.

“O Banco Central não tem o poder de policiar os governos estaduais”, afirmou Jairo. Segundo ele, ao BC só cabe enquadrar as operações de crédito solicitadas por governadores e prefeitos dentro do limite de endividamento dos estados e municípios.

Pelas regras atuais — incluindo o acordo com o governo federal —,

os governadores estão impedidos de contrair novas dívidas, à exceção daquelas destinadas ao pagamento de precatórios.

Com isso, o saldo devedor das Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO), por exemplo, registrou, em outubro, R\$ 1,411 bilhão. Esse estoque vem caindo, gradativamente, desde novembro de 1995, quando era de R\$ 2,524 bilhões.

Para as contas públicas, o importante nessa redução é que as dívidas resultantes de ARO são de curto prazo, devendo ser quitadas até 1º de janeiro do ano seguinte à sua contratação.